



Nota de apoio ao processo de candidatura a Reserva da Biosfera do Programa Man & Biosphere da UNESCO

1. Enquadramento

Uma Reserva da Biosfera (RB) é um território com um mosaico de ecossistemas importantes e representativos de uma dada Região Biogeográfica, que tem como finalidade conjugar a conservação dos valores naturais, com a manutenção dos valores culturais e com o desenvolvimento socioeconómico sustentável da população que nela habita.

As Reservas da Biosfera são o instrumento operacional do Programa Man and the Biosphere (MaB) da UNESCO, amplamente reconhecidas como espaços onde se ensaiam abordagens interdisciplinares de promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos em cooperação com as populações e os atores de desenvolvimento local. O envolvimento dos atores locais, públicos e privados, ao longo de todo o processo, quer na fase de preparação de uma candidatura quer de gestão, é uma condição necessária e faz jus ao nome do Programa.

Para além da sua importância na salvaguarda do património natural, as Reservas da Biosfera, enquanto áreas piloto e laboratórios de sustentabilidade onde se promovem ações inovadoras e a transferência de conhecimento para outros territórios, são também espaços de apoio ao desenvolvimento de práticas e estratégias nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e das Alterações Climáticas.

As Reservas da Biosfera devem atender a um conjunto mínimo de critérios e condições para serem designadas, formando subsequentemente parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO (RMRB).

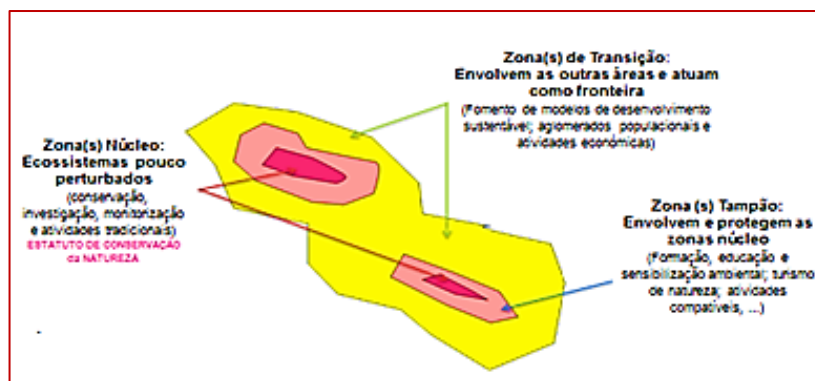
O Programa MaB e a Rede Mundial das Reservas da Biosfera têm três documentos orientadores principais que deverão ser assumidos como pontos de referência fundamentais na preparação de uma candidatura e que estão disponíveis em <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001038/103849Eb.pdf> e <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002474/247418E.pdf>. São eles o Quadro Estatutário onde se encontra a informação base sobre as Reservas da Biosfera e as suas funções, a Estratégia MaB para os anos 2015-2025 que define a visão, a missão e as cinco principais áreas de ação estratégica e o respetivo Plano de Ação de Lima (2016-2025). Este último é

apresentado como uma matriz e inclui objetivos a atingir, ações e resultados específicos que contribuirão para a efetiva implementação dos objetivos estratégicos contidos na Estratégia MaB. Especifica também as entidades com maior responsabilidade pela sua implementação, juntamente com o âmbito temporal/prazos e os indicadores de desempenho.

Em termos nacionais, a designação de Reserva da Biosfera integra-se no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) como Áreas abrangidas por designações de conservação de carácter supranacional, quer no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho alterado pelo Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro) quer na Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (Resolução do *Conselho de Ministros* nº55/2018, de 7 de maio).

2. Critérios para avaliar a qualificação do território a ser candidato a Reserva da Biosfera

1. Deve abranger um mosaico de sistemas ecológicos representativos da(s) principal(is) região(ões) biogeográfica(s), incluindo uma gradação de intervenções humanas.
2. Deve ter particular significância para a conservação da diversidade biológica.
3. Deve proporcionar uma oportunidade para explorar e demonstrar abordagens para o desenvolvimento sustentável à escala local e regional. Deverá ser definida a identidade da Reserva da Biosfera, ou seja, o objetivo a atingir e aquilo que a diferencia e a torna única.
4. Deve ter uma dimensão adequada para desenvolver as três funções de uma Reserva da Biosfera da UNESCO:
 - a conservação da diversidade genética das espécies, ecossistemas e paisagens e a salvaguarda da diversidade cultural;
 - um desenvolvimento social, cultural e ecologicamente sustentável em função das necessidades do território e da população local; e
 - contribuir para a investigação científica, monitorização, capacitação, divulgação, educação e sensibilização ambiental e aplicação de modelos de desenvolvimento sustentável.
5. Deve expressar estas três funções, através de um zonamento apropriado, pelo que deve contemplar sempre:
 - (a) Uma (ou mais) zona núcleo legalmente constituída ou classificada (exemplo Área Protegida ou área integrada em Rede Natura 2000); dedicada à conservação da biodiversidade a longo prazo e de tamanho suficiente para atender a esse objetivo;
 - (b) uma (ou mais) zona tampão claramente identificada, circundante e contígua à área núcleo, onde podem ser realizadas atividades sustentáveis compatíveis com os objetivos de conservação da natureza;
 - (c) uma (ou mais) zona de transição a envolver as outras zonas e que atua como limite do território a designar como Reserva da Biosfera, onde se fomenta o desenvolvimento e as atividades económicas e onde têm que existir obrigatoriamente aglomerados populacionais.



Exemplo de um zonamento tipo

Estas três zonas podem e devem estar consubstanciadas nos instrumentos de gestão territorial existentes (ex. Planos Diretores Municipais e Planos Setoriais) não havendo necessidade de qualquer legislação, regulamento administrativo ou condicionantes adicionais às já existentes e em vigor no território. Os territórios classificados como Reservas da Biosfera mantêm-se sob a soberania do país proponente e da legislação nacional em vigor.

6. Deve ser promovido o envolvimento e a participação de autoridades públicas, comunidades locais e setores privados, entre outros, na elaboração da candidatura e na execução das funções necessárias à implementação da Reserva da Biosfera no território. É um processo dinâmico de cooperação das comunidades residentes e dos vários atores, nomeadamente dos de desenvolvimento local em torno de desafios partilhados com o objetivo de manter e desenvolver a economia local de forma sustentável e no respeito pelos valores ambientais e pela riqueza das diversas áreas do património. Trata-se de um ato voluntário que tem que ter origem no território.

7. Além disso, deve ser refletido e apresentado (é parte integrante do formulário de candidatura):

- *Um plano de ação com atividades a desenvolver a curto, médio e longo prazo para cumprir com as três funções de uma Reserva da Biosfera, os atores envolvidos na execução das diferentes ações e fontes de financiamento.*
- *Um modelo de governança para implementar o plano de ação e gerir a Reserva da Biosfera. Este, deve prever um órgão onde tenham assento os atores locais.*

8. O processo de candidatura deverá ser submetido a consulta pública e os resultados do mesmo integrado na candidatura.

9. Existe um formulário (2 partes e anexos) estabelecido pelo Programa MaB da UNESCO e disponível no site <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/designation-process/>

Este formulário terá de ser preenchido numa das línguas oficiais da UNESCO. Os promotores devem tomar em linha de conta o tempo necessário para tratar da respetiva tradução.

3. Tramitação do processo

As candidaturas, antes de serem apresentadas ao Secretariado do Programa MaB, em Paris, seguem os seguintes trâmites:

1º Avaliação prévia do preenchimento do formulário pelo Comité nacional MaB (entrega até ao início do mês de abril) para possibilitar troca de informação, esclarecimentos, revisões e aperfeiçoamentos;

2º Entrega formal, até 30 de maio, do processo de candidatura completo pelo promotor ao Comité nacional MaB (criado através do Despacho nº 9051 de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 157, de 13 de agosto) que avalia a proposta e emite parecer;

3º Com parecer positivo do Comité nacional MaB, este submete a proposta de candidatura ao Ministro que tutela a autoridade nacional de conservação da natureza e da biodiversidade para aprovação e emissão de carta de apoio;

4º Na posse deste elemento o Comité nacional MaB desencadeia, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros/Comissão Nacional da UNESCO e Representação Permanente de Portugal junto da UNESCO, o processo de submissão formal da candidatura de acordo com os procedimentos estabelecidos no Programa MaB da UNESCO;ⁱ

5º - Entrega em Paris, ao Secretariado do Programa MaB da UNESCO, até 30 de setembro (último dia).

As candidaturas depois de serem apresentadas ao Secretariado do Programa MaB, em Paris, seguem os seguintes trâmites:

1º O Secretariado avalia o processo do ponto de vista administrativo, no sentido de verificar se todos os elementos inerentes à candidatura foram entregues. Em caso negativo, solicita ao Estado membro a informação em falta. No caso de o processo estar em conformidade, remete para o Conselho Consultivo (CC) para análise técnica.

2º Posteriormente, o CC emite uma Recomendação (de aprovação ou não aprovação da candidatura e nomeação de uma nova Reserva da Biosfera) que é submetida à consideração do Conselho de Coordenação Internacional (CCI).

3º Na reunião subsequente do CCI, em face da justificação do CC, é colocada à assembleia a adoção ou não da Recomendação. Antes desta votação podem ser solicitados esclarecimentos pontuais (*in loco*) ao Estado Membro.

4º Em termos temporais, a candidatura é apresentada até 30 de setembro de um ano e aprovada (ou não aprovada) no ano seguinte, na reunião anual do Conselho de Coordenação Internacional que, regra geral, ocorre entre maio e junho, na sede da UNESCO, em Paris.

Nota Final

Atendendo ao conceito de Reserva da Biosfera, o processo de candidatura não é exclusivamente administrativo (preenchimento de formulário).

Uma boa candidatura é o resultado de um processo de interação com quem vive e trabalha no território a propor. É necessário um trabalho conjunto com a administração pública, o poder local, a população, a comunidade escolar, a comunidade científica, os atores sociais, os atores de desenvolvimento local, as ONG, Todos contam e têm que manifestar o sentido de pertença da candidatura, nomeadamente com uma carta formal de apoio ao processo. Regra geral, este processo leva mais de um ano a ser preparado.

Uma boa candidatura facilita, obviamente, a sua aprovação e a posterior implementação da Reserva da Biosfera, do seu modelo de governança e a concretização do Plano de Ação no território.

É fundamental ter em consideração não apenas os aspetos relacionados com o reconhecimento da existência dos valores associados à designação como Reserva da Biosfera (nem todos os locais podem ser designados como Reservas da Biosfera) mas, sobretudo, as necessidades e meios ao nível da sua implementação e gestão, o que implica compromissos financeiros, investimento e responsabilidades que devem ser claras e bem identificadas no dossier de candidatura.

Para manter a excelência da chancela UNESCO, o Programa MaB é exigente na avaliação das candidaturas. Cada Reserva da Biosfera para integrar a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, que é alvo de divulgação e visibilidade mundial, tem que demonstrar ser um território qualificado, diferenciado e garantir a sua responsabilidade na valorização e gestão destes espaços classificados (em observância com os níveis de exigência impostos pelo Programa MaB da UNESCO).

Mais informação

ICNF-Comité Nacional MaB

<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/MaB>

Governo dos Açores

<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-natureza/menus/secundario/Reservas+da+Biosfera/>

Governo da Madeira

<https://www.madeira.gov.pt/sra>

Comissão Nacional da UNESCO

<https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/rede-portuguesa-de-reservas-da-biosfera>

Programa MAB UNESCO

<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/>

Nota nº1/2018

Comité Nacional MaB

Aprovada a 30 de maio 2018 na Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Gerês-Xurê

ⁱ a) States, through National MAB Committees where appropriate, forward nominations with supporting documentation to the secretariat after having reviewed potential sites, taking into account the criteria as defined in Article 4.